

CÂMARA

Aprovada a redução de impostos de combustíveis

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar (PLP) 114/2026, que estabelece redução de alíquotas de tributos federais sobre a importação, a produção e a comercialização de óleo diesel rodoviário, biodiesel, gasolina, etanol e querosene de aviação. Fo-

ram 318 votos favoráveis, 113 contrários e uma abstenção. O texto agora vai para votação no Senado. O objetivo da medida é mitigar os efeitos do aumento dos preços dos combustíveis decorrente da guerra dos Estados Unidos (EUA) contra o Irã no Oriente Médio, que fechou a

principal rota de exportação do petróleo na região, provocando fortes oscilações na cotação do barril. A perda de arrecadação, de acordo com o texto, será compensada pelo aumento extraordinário de receitas da União obtidas por causa do aumento no valor do petróleo. **PÁGINA 6**

BALANÇO

BB tem lucro líquido de R\$ 3,9 bi no 2º trimestre

O Banco do Brasil encerrou o segundo trimestre de 2026 com lucro líquido ajustado de R\$ 3,9 bilhões, alta de 3,3% em relação a igual período de 2025 e elevação de 13,9% ante o primeiro trimestre de 2026. O banco federal revelou também o lucro líquido contábil, que ficou em R\$ 3,17 bilhões no segundo trimestre, crescimento de 4,6% na comparação anual. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) fechou o segundo trimestre em 8,3%, ante 7,3% no primeiro trimestre de 2026 e 8,4% há 12 meses. O BB encerrou junho com R\$ 2,58 trilhões em ativos, alta de 6% em relação ao mesmo período do ano anterior. "A geração de receitas segue sólida, evidenciando a capacidade negocial do banco, a força do conglomerado e o relacionamento próximo com os clientes", destaca o BB no release que acompanha os resultados. Uma das maiores preocupações, o indicador de inadimplência acima de 90 dias voltou a subir e encerrou em 5,61%, alta de 1,65 ponto percentual no ano.

IBGE

Serviços crescem 2% primeiro semestre

PÁGINA 3

Rio

MPF pede mais segurança para voos de helicópteros

PÁGINA 5

FINANCIAMENTOS

BNDES tem lucro recorde de R\$ 9,2 bilhões no 1º semestre

MARCELO CAMARGO/ ABRASIL



No primeiro semestre deste ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou um lucro recorrente de R\$ 9,2 bilhões, o que representou alta de 25% em relação ao mesmo período de 2025. Já no acumulado dos últimos 12 meses, até junho deste ano, o lucro recorrente alcançou R\$ 17,1 bilhões, um recorde histórico para a instituição. Para o presidente da instituição, Aloizio Mercadante (**foto**), os

resultados do primeiro semestre foram bastante positivos. "É um balanço extraordinário. É muito raro você conseguir combinar essas condições que estamos aqui apresentando hoje, com consistente e acelerado crescimento no volume de créditos e uma rentabilidade que é a segunda maior do mercado", disse ele no final da manhã de ontem, em entrevista coletiva concedida na sede da instituição, em São Paulo. **PÁGINA 2**

STF

LULA MARQUES/ABRASIL



PGR defende manutenção da proibição de visitas de Flávio a Jair Bolsonaro

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, recomendou ontem, que o Supremo Tribunal Federal (STF) mantenha as decisões que restringiram as visitas familiares a Jair Bolsonaro durante o cumprimento de sua prisão domiciliar. Em 13 de julho, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu por 90 dias as visitas de Flávio (**foto**) ao pai após o senador divulgar uma carta de Jair pedindo votos à sua candidatura. Quatro dias depois, Moraes também proibiu, até o fim das eleições de 2026, qualquer visita com finalidade político-eleitoral ao ex-presidente. Após as decisões, a defesa de Bolsonaro pediu a retomada das visitas de Flávio, alegando a "necessidade de preservar os vínculos familiares e a relação profissional entre os dois". **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA (-2,50% / 167.874,64 / -4.305,29 / Volume: 31.908.756.175 / Negócios: 4.025.733)										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-1,16% (jul.)	EURO turismo			
Mais Negociados				Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			%	Ufir-RJ	R\$ 4.9604	IPCA	0,07% (jul.)	Compra: 6,0367	Venda: 6,2167	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.									
PETR4	41,66	-1,35	-0,57	FSRF11F	0,09	+28,57	+0,02	TCSA3F	0,67	-12,99	-0,10	Dow Jones	53.791,85	-0,34	Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
BBD4	16,79	-2,27	0,39	ONCO11	0,050	+25,00	+0,010	FSRF11	0,07	-12,50	-0,01	S&P 500	7.728,2	-0,32	(06/08)	14,00%	(06/08)	13,90%	Compra: 5,1285	+0,63%
ITUB4	39,00	-3,51	-1,42	SEQL3	0,070	+16,67	+0,010	BIOM3	5,50	-10,57	-0,65	US Tech 100	28.740	-0,33	TR		OURO		DÓLAR comercial	
CSAN3	3,28	-4,93	-0,17	BRKM6	7,00	+16,67	+1,00	JSLG3	4,78	-9,81	-0,52	Euronext 100	1.976,97	+0,21	(12/08)	0,1713%	BM&F/grama/RJ	R\$ 726,09	Compra: 5,1600	Venda: 5,1606
B3SA3	14,29	-2,59	-0,38	BOBR4	1,35	+13,45	+0,16	FESA4	5,09	-9,59	-0,54	CAC 40	8.714,94	-0,13	Poupança		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
												FTSE 100	10.844,19	-0,17	(12/08)	0,6722%	Compra: 5,9560	Venda: 5,9566	Compra: 5,1941	Venda: 5,3741

MERCADOS

Bovespa tem 7ª queda consecutiva com nova saída de estrangeiros

JULIANA MACHADO/AE

Depois de um dia de forte baixa para o mercado de ações, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou o dia em leve queda, em um movimento de acomodação após a intensa saída de recursos estrangeiros da bolsa na véspera. No entanto, apesar da correção ter sido pequena, a queda de ontem marca o sétimo pregão seguido de perdas. Em agosto, portanto, não houve até agora um único pregão de alta para o Ibovespa (Índice Bovespa), que opera no menor patamar desde 20 de janeiro. No acumulado do mês, a baixa já soma 5,9%. Segundo profissionais de mercado, a saída dos estrangeiros é relevante para explicar o mercado nas últimas se-

manas porque, só em agosto, até o dia 10, já foram retirados R\$ 7,2 bilhões do mercado de ações listadas. O Ibovespa terminou o dia em queda de 0,23%, aos 167.491,07 pontos, após bater a mínima de 167.141,82 pontos (-0,44%).

DÓLAR

Após rondar a estabilidade ao longo da tarde, o dólar ganhou força na última hora de negócios, acompanhando a valorização global da moeda norte-americana e o avanço das taxas dos Treasuries. Com máxima de R\$ 5,1809 na reta final do pregão, terminou o dia em alta de 0,37%, a R\$ 5,1799 - maior valor de fechamento desde 2 de julho (R\$ 5,2082). Em agosto, avança 2,16%.

HIDROGÊNIO VERDE

Lula assina 4 decretos do setor de energia, incluindo mercado livre

RENAN MONTEIRO
E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem, quatro decretos no setor de energia, incluindo o texto que regulamenta a abertura do mercado livre de energia elétrica para os consumidores de baixa tensão - residenciais e pequenas indústrias. Os outros três são: regulamentação do marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; decreto para as atividades de captura e armazenamento geológico de carbono (CCS/ CCUS); e Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV).

Sobre a abertura do mercado de energia, o ministro Alexandre Silveira, de Minas e Energia, fez uma comparação com as operadoras de telefonia celular, quando o cliente decide trocar de empresa em busca de serviços mais adequados às suas necessidades. "Esta medida representa o acesso de milhões de pessoas e empresas a uma energia à preços mais competitivos e adequados às necessidades individuais. A pequena mercearia e a pequena serralheria, por exemplo, poderão ter redução de até 20% na conta de luz", disse.

Esse percentual de redução estimada não considera parcelas fixas, como tributos. De acordo com o cronograma, até novembro de 2027 haverá a abertura para os consumidores das classes industrial e comercial na baixa tensão. Para os consumidores da classe residencial, o prazo é até novembro de 2028. O decreto define as regras para a migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo requisitos para formalizar a opção e a representação por agentes varejistas.

No mercado livre, os consumidores não ficam limitados à distribuidora local. Na prática, essa modalidade permite a negociação de preços e condições diretamente com geradores e comercializadores de energia, com potencial redução de custos - na medida em que há con-

corrência entre diferentes ofertantes, similar ao servidor de telefonia.

HIDROGÊNIO

O decreto que regulamenta a implementação da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono operacionaliza a governança, certificação, incentivos fiscais e estimula a investimentos. Segundo dados do Ministério de Minas e Energia (MME), o Brasil tem potencial técnico para produzir até 1,8 gigatonelada de hidrogênio de baixa emissão de carbono por ano.

Também segundo estimativas da Pasta foram apresentados, neste setor, mais de US\$ 290 bilhões de investimentos privados em projetos anunciados em 18 estados brasileiros até o momento. São projetos em diferentes etapas de desenvolvimento, seja em fase de pesquisas ou iniciativas industriais em fase de análise de viabilidade técnica e econômica.

Além da estruturação do Sistema Brasileiro de Certificação de Hidrogênio (SBCH2), o decreto fixa as atribuições institucionais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) neste mercado.

A certificação, que comprova o desempenho ambiental do hidrogênio, será baseada na análise do ciclo de vida. Haverá rastreabilidade dos certificados e medidas para evitar dupla contagem das reduções de emissão. O governo federal também alega "compatibilidade" com padrões internacionais de certificação.

Outro decreto assinado trata das condições para as atividades de captura, transporte por dutos e estocagem geológica de dióxido de carbono (CCS/CCUS). Essas atividades dependerão de autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

FINANCIAMENTOS

BNDES tem lucro recorde de R\$ 9,2 bi no 1º semestre

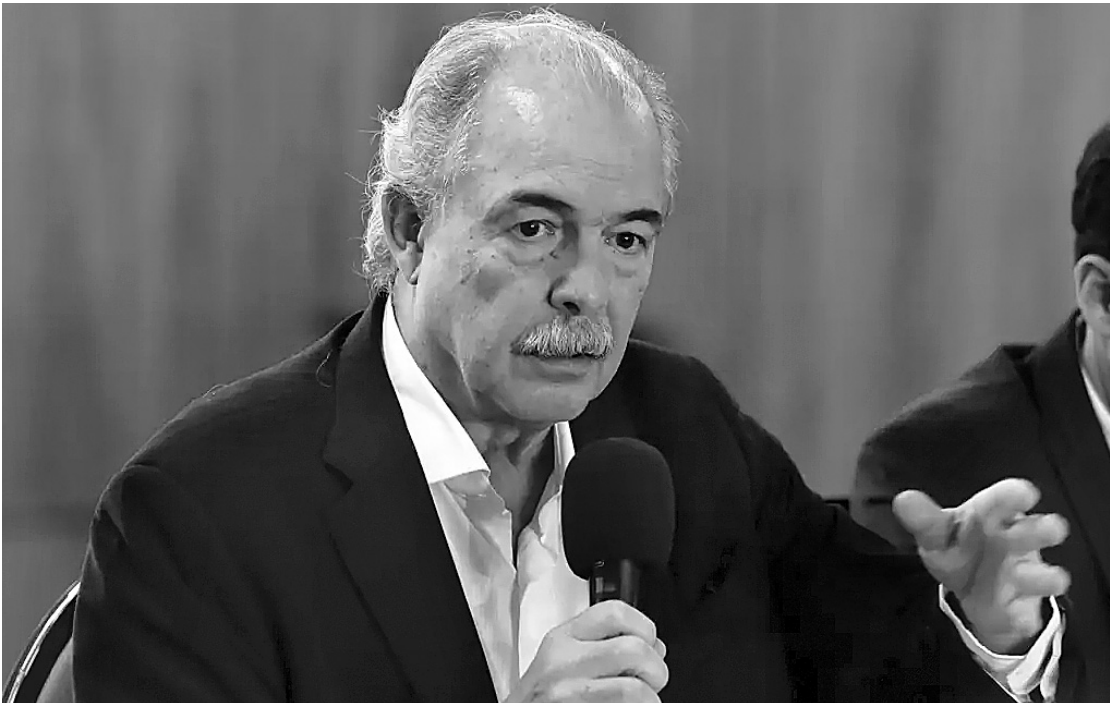
ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

No primeiro semestre deste ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou um lucro recorrente de R\$ 9,2 bilhões, o que representou alta de 25% em relação ao mesmo período de 2025. Já no acumulado dos últimos 12 meses, até junho deste ano, o lucro recorrente alcançou R\$ 17,1 bilhões, um recorde histórico para a instituição.

Para o presidente da instituição, Aloizio Mercadante(foto), os resultados do primeiro semestre foram bastante positivos. "É um balanço extraordinário. É muito raro você conseguir combinar essas condições que estamos aqui apresentando hoje, com consistente e acelerado crescimento no volume de créditos e uma rentabilidade que é a segunda maior do mercado", disse ele no final da manhã de ontem, em entrevista coletiva concedida na sede da instituição, em São Paulo.

Os ativos totais do banco, nesse primeiro trimestre, somaram R\$ 1,05 trilhão, maior valor de sua da história, segundo o BNDES. Já a carteira de crédito alcançou R\$ 684 bilhões, maior patamar desde 2016. O patrimônio líquido, por sua vez, atingiu R\$ 181 bilhões, maior patamar histórico.

Além disso, informou o banco, as aprovações de crédito somaram R\$ 110,6 bilhões no período, aumento de 52% na comparação com o ano passado. Os



PAULO PINTO/ABRASIL

maiores crescimentos foram observados no crédito à infraestrutura (+ 91%) e agropecuária (+ 46%), que somaram, respectivamente, R\$ 46 bilhões e R\$ 24,8 bilhões. Já os créditos ao comércio e serviços somaram R\$ 17,3 bilhões, o que significou aumento de 27%, enquanto os créditos para a indústria atingiram R\$ 22,5 bilhões, alta de 24%.

Por sua vez, o apoio às micro, pequenas e médias empresas somou R\$ 108,2 bilhões, maior valor da história para o período, com alta de 22% sobre o mesmo período do ano passado.

Quanto à inadimplência registrada para 90 dias, ela se manteve praticamente estável,

em torno de 0,05%, inferior à do Sistema Financeiro Nacional, que é 4,68% no geral e 0,66% para grandes empresas.

DIVERSIFICAÇÃO

Durante a entrevista coletiva, Mercadante informou que o BNDES tem procurado diversificar sua carteira, investindo em novos setores e projetos como o carro voador, inteligência artificial, minerais críticos e terras raras. "Vamos entrar forte em terras raras, lítio e em mobilidade. Estamos financiando o PIB de toda indústria automotiva para fazer o elétrico flex para trazer o biocombustível junto com a mobilidade elétrica, que é uma rota

tecnológica própria que o Brasil está perseguindo", afirmou.

O presidente do banco explicou que o BNDES tem trabalhado em projetos de reconstrução e antecipado ações de prevenção e combate às mudanças climáticas. "Nós vamos ter novas emergências climáticas. O El Niño está vindo com força e tudo sinaliza que este ano já está muito mais quente no Brasil do que em 2024. Devemos ter muita chuva no sul, ondas de calor no Sudeste e muita seca no Norte e Nordeste. Então (o BNDES) vai ter que entrar (nesse tema). Vamos ter que ajudar essas empresas, essas comunidades, essas famílias", explicou.

BALANÇO

Ser Educacional registra lucro de R\$ 106,3 milhões no 2º trimestre

WILIAN MIRON/AE

O Grupo Ser Educacional reportou lucro líquido de R\$ 106,3 milhões no segundo trimestre de 2026, alta de 30,7% em relação ao mesmo período de 2025. Se considerado o Lucro Líquido Ajustado, o valor foi sobe para R\$ 115,4 milhões, alta de 33,3%. A receita líquida no segundo trimestre foi de R\$ 622,0 mi-

lhões, aumento de 5,6% em relação ao apurado um ano antes.

Entre abril e junho, o Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Ebitda) ajustado totalizou R\$ 180,7 milhões, alta de 10,8% na comparação anual. A margem Ebitda ajustada do trimestre foi de 29,1%, aumento de 1,4 ponto percentual (p.p.) em base anual de comparação.

Dessa maneira, a Ser Educacional chegou ao final de junho com 334,0 mil estudantes matriculados, queda de 2,8% ante um ano. Já a base de alunos de graduação presencial ficou em 195,1 mil alunos, avanço anual de 4,4%.

A geração operacional de caixa líquida pós-capex do trimestre em cerrado em junho foi de R\$ 58 milhões, alta de 68,6% na comparação anual, contribuindo

do para a dinâmica do endividamento. Ao final de junho, a dívida líquida ajustada da Ser Educacional era de R\$ 443,0 milhões, redução de 31,5% ante igual período de 2025.

Já a alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado dos últimos 12 meses, ficou em 0,75 vez, redução de 0,49 vez na mesma base de comparação.

BC PERUANO

BC brasileiro está na vanguarda da inovação na América do Sul

MARIANNA GUALTER/AE

Um relatório elaborado pelo Banco Central do Peru destaca o desempenho do Banco Central do Brasil, entre os sul-americanos, no desenvolvimento de inovação no sistema de pagamentos. "O Brasil continua na vanguarda regional com o fortalecimento do Pix, sua infraestrutura nacional de pagamentos instantâneo", diz o documento.

O texto menciona que, desde 2023, as funcionalidades do Pix vêm sendo ampliadas e avalia que o desenvolvimento de um Pix

Internacional permitirá pagamentos transfronteiriços com outros países da região, consolidando o País como "referência regional em eficiência, inovação e interoperabilidade".

O "Reporte de sistema de pagos de Sudamérica 2025" reúne dados de bancos centrais da América do Sul e apresenta um panorama dos meios de pagamentos na região.

O documento foi apresentado durante a XLIV Reunião de Presidentes de Bancos Centrais da América do Sul, promovida pelo Banco Central do Chile. O diretor de Política Econômica e de Assun-

tos Internacionais e Gestão de Risco Corporativo do BC brasileiro, Paulo Picchetti, participou do evento, segundo a agenda oficial.

Segundo o relatório, no período pós-pandemia, houve um avanço notável no uso de pagamentos instantâneos na região. O número de operações por adulto passou de dois pagamentos por ano, em 2018, para 212 em 2024.

O Brasil se destaca na métrica, com quase 350 pagamentos por pessoa. Na sequência, aparecem Argentina e Venezuela, países que superam 150 pagamentos instantâneos por pessoa.

"Esse crescimento se deve tanto à ampliação dos casos de uso - que aumentou sua conveniência em relação a outros instrumentos de pagamento - quanto à adesão sustentada de novos usuários aos pagamentos instantâneos", afirma o documento.

O relatório apresenta dados gerais sobre o volume de pagamentos na região. Considerando pagamentos instantâneos, cartões, outras formas de transferência e outras modalidades de pagamento, houve evolução do número de pagamentos anuais por pessoa e por pessoas bancarizadas.

IBGE

Setor de serviços cresce 2% no primeiro semestre

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O setor de serviços terminou o primeiro semestre de 2026 com expansão de 2% em comparação com o mesmo período do ano passado. Em junho, o comportamento foi de estabilidade, ou seja, sem variação na comparação com maio.

Na comparação com junho de 2025 houve crescimento de 2%. No acumulado de 12 meses, o setor avança 2,6%. O segundo trimestre de 2026 teve desempenho positivo de 0,4% na comparação com o primeiro trimestre.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor de serviços é um termômetro da economia, pois reúne atividades grandes geradoras de emprego, como transporte, turismo, restaurantes, sa-

lão de beleza, internet e tecnologia da informação (TI).

Com o desempenho de junho, os serviços figuram 19,9% acima do nível pré-pandemia de Covid-19 (fevereiro de 2020) e 0,3% abaixo do maior patamar já registrado, alcançado em outubro de 2025.

Na comparação entre meses imediatamente seguidos, apenas dois meses apresentaram crescimento em 2026

De acordo com o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, o setor opera muito próximo do seu ponto mais alto, mas de uma forma acomodada.

"Não há indícios de escalada, tampouco trajetória descendente", avalia.

Apesar de serem classificados como atividade de serviços, os bancos não são incluídos na pesquisa do IBGE.

INFLUÊNCIAS

Na comparação do primeiro semestre de 2026 com o mesmo

período do ano passado, três das cinco atividades pesquisadas pelo IBGE apresentaram alta:

- Serviços prestados às famílias: 2,0%
- Serviços de informação e comunicação: 6,8%
- Serviços profissionais, administrativos e complementares: 2,4%
- Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio: -1,2%

Na mesma base de comparação, 47,6% dos 166 tipos de serviços investigados tiveram desempenho positivo.

Para Rodrigo Lobo, os dados do semestre revelam que o setor apresenta “taxa de crescimento menos intensa” que nos semestres anteriores. Nos primeiros seis meses de 2025, por exemplo, a expansão acumulada do ano estava em 2,7%.

ATIVIDADES TURÍSTICAS

A Pesquisa Mensal de Serviços traz ainda o índice de ativi-

dades turísticas (Iatur), que recuou 3,4% em junho, na comparação com o mês anterior. No acumulado do ano, há redução de 0,9%. Em 12 meses, as atividades apresentam alta de 1%.

Esses resultados deixam as atividades de turismo 6,6% acima do patamar pré-pandemia e 6,2% abaixo do maior nível já alcançado, em dezembro de 2024.

O Iatur reúne 22 das 166 atividades de serviços investigadas na pesquisa e que são ligadas à atividade turística, como hotéis, agências de viagens, buffet e transporte aéreo de passageiros.

São divulgadas informações de 17 unidades da federação: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Alagoas e Rio Grande do Norte.

PNL

Plano Nacional de Logística prevê R\$ 1,2 trilhão em investimentos

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O Plano Nacional de Logística (PNL) 2050 entrou em vigor ontem tendo, como objetivo, orientar o planejamento da infraestrutura de transportes no país até 2050. O documento servirá de referência para investimentos públicos e privados em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Elaborado no âmbito do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), o PNL foi estruturado a partir da identificação dos principais gargalos da logística nacional. Ele prevê investimentos de R\$ 1,225 trilhão em infraestrutura logística até 2050, dos quais R\$ 734,4 bilhões deverão vir da iniciativa privada e R\$ 490,5 bilhões do setor público.

Os recursos deverão ser direcionados à manutenção de corredores estratégicos, à ampliação da capacidade de estruturas existentes e à implantação de novos empreendimentos.

O documento definiu 112 objetivos prioritários voltados à solução de gargalos atuais, ao atendimento de demandas futuras e ao desenvolvimento regional. Para isso, estabeleceu 31 eixos prioritários de transporte: 12 rodoviários, oito ferroviários, quatro aquaviários e sete intermodais.

Entre as ações previstas estão a expansão de corredores ferroviários e rodoviários, a consolidação de hidrovias e a ampliação

da infraestrutura portuária.

MUDANÇAS

Durante a cerimônia de lançamento do PNL em Brasília, o ministro dos Transportes, George Santoro, destacou que o plano vai organizar “projetos, sonhos, vidas e iniciativas” que ajudarão a estruturar o futuro do Brasil e da América Latina.

“Por muito tempo, o Brasil escolheu obras e, depois, procurou uma estratégia para justificá-las. No PNL 2050, fizemos o contrário. Primeiro definimos que Brasil queremos construir. Depois, quais problemas precisamos resolver. Só então passamos a discutir quais investimentos fazem sentido”, discursou o ministro.

Segundo ele, esta não é uma mudança simples de se fazer porque, na verdade, é uma mudança de cultura. “E cultura é um processo que não será transformado por um único plano. O que esperamos é construir essa mudança ao longo do tempo e consolidar esse novo processo de planejamento”, complementou.

CABOTAGEM

Entre as novidades apresentadas nesta edição do PNL, o ministro destacou a inclusão da cabotagem (navegação entre portos de um mesmo país). “O Brasil precisa voltar a olhar a cabotagem com seriedade. Esta foi uma evolução muito grande”, disse.

“Ainda não colocamos a ques-

tão do transporte aéreo de cargas. Temos de evoluir nisso”, complementou.

Também presente na cerimônia, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, disse que o Brasil tem avançado em sua capacidade de infraestrutura, após grande ciclo de investimentos públicos e, sobretudo, privados.

“A parceria com o setor privado trouxe resultados positivos, tanto no sentido da capacidade que foi instalada no país quanto, especialmente, no sentido da eficiência que alcançamos, elevando os patamares de desempenho, sobretudo nos setores de portos e aeroportos”, disse.

MODAIS

Segundo ele, o grande desafio que o PNL traz como resposta é o de integrar os modais de transporte. “Os modais não são isolados. Precisam dialogar entre si. O porto é o nó desses caminhos. Mas ele não vive sem acessos rodoviários, ferroviários e hidroviários”.

“Entendo que a rodovia não é o melhor caminho para a expansão que precisamos. Portanto, precisamos avançar nas políticas de escoamento por meio do transporte ferroviário”, acrescentou.

“E não dá para começar uma ferrovia sem ser pelo porto”, complementou o ministro George Santoro.

Para o presidente da Infra (em-

presa pública federal criada para planejar, estruturar projetos e desenvolver engenharia e inovação no setor de transportes do país), Jorge Bastos, o PNL precisa, acima de tudo, “ter credibilidade, de forma a perpassar governos. Foi com essa perspectiva que ele foi elaborado”, disse.

DESAFIOS

Entre os desafios apontados no PNL 2050 estão a forte dependência das rodovias, que respondem por 54% da movimentação de cargas, a baixa utilização de ferrovias e hidrovias, dificuldades de escoamento da produção, problemas de abastecimento em regiões mais isoladas e barreiras à integração entre os modais.

Para enfrentar esses problemas, o PNL prioriza a ampliação da intermodalidade, com maior conexão entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. A expectativa é reduzir custos logísticos, aumentar a competitividade das exportações, melhorar o abastecimento interno e ampliar a integração do território nacional.

O documento lançado nesta quarta-feira dá destaque também à redução das desigualdades regionais, com prioridade para projetos no Norte e Nordeste, e incorpora critérios de sustentabilidade, como adaptação às mudanças climáticas, redução de emissões e proteção da biodiversidade.

SÃO PAULO

Sabesp registra lucro líquido de R\$ 1,15 bilhão no 2º trimestre

WILIAN MIRON/AE

A Sabesp reportou lucro líquido ajustado de R\$ 1,150 bilhão no segundo trimestre de 2026, queda de 41,2% em relação a igual intervalo de 2025. No acumulado do ano até junho, o lucro líquido reportado atingiu R\$ 3,213 bilhões, redução de 11,2% na comparação anual.

O resultado é explicado por uma base de comparação desfavorável no mesmo período do ano passado, inflada por cerca de R\$ 200 milhões em reversões de provisões e vitórias judiciais. Além disso, o balanço foi pressionado pelo avanço de 24,5% nos custos e despesas operacionais, impulsionado por investimentos na modernização do atendimento ao cliente e pela inflação sobre insumos químicos de tratamento, somado ao aumento das despesas financeiras decorrente do maior endividamento da companhia.

O Ebitda ajustado caiu 3,2% entre abril e junho na comparação anual, para R\$ 3,503 bilhões. No acumulado do ano até junho, o Ebitda reportado somou R\$ 7,987 bilhões, avanço de 9,2% frente ao mesmo período do ano anterior.

Já a receita líquida ajustada avançou 6,7% no trimestre, para R\$ 6,013 bilhões. No acumulado dos primeiros seis meses do ano, a receita líquida de serviços de saneamento totalizou R\$ 12,924 bilhões, alta de 10,3%. O desempenho no trimestre refletiu alta de 8,7% no preço líquido, diante do reajuste tarifário, além do ganho de 1,0% com novas ligações (economias). Esse avanço foi parcialmente compensado pelo impacto de temperaturas mais amenas e pela alteração no mix de clientes, decorrente da expansão do acesso às tarifas sociais de baixa renda.

INVESTIMENTOS

No segundo trimestre de

2026, a Sabesp destinou R\$ 3,73 bilhões em investimentos para a aceleração da universalização dos serviços de saneamento básico, o que representa um crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Do montante investido no trimestre, R\$ 2,68 bilhões foram direcionados para expansão e melhorias nos sistemas de esgoto, alta anual de 4,8%, enquanto R\$ 1,05 bilhão foi aplicado nas infraestruturas de água Com esse resultado, os aportes da companhia somaram R\$ 7,46 bilhões no primeiro semestre, elevação de 15,6%, mantendo a trajetória para atingir a meta de investir cerca de R\$ 20 bilhões ao longo de todo o ano de 2026.

"Quando olhamos quanto a companhia investe hoje para atingir universalização, está com volume quatro vezes maior do que ela fazia e parte disso vem através de endividamento, e despesas financeiras e depreciação cresceram", disse o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Sabesp, Daniel Szlak.

O resultado financeiro fechou o segundo trimestre em R\$ 1,017 bilhão negativo contra R\$ 118 milhões negativos um ano antes.

A Sabesp encerrou junho com dívida líquida de R\$ 34,0 bilhões ante R\$ 23,0 bilhões no mesmo período de 2025, custo médio de CDI + 0,15% e prazo médio ponderado de 6,1 anos. A alavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda, ficou em 2,5 vezes ao fim do período, ante 2,4 vezes no trimestre imediatamente anterior. Do total da dívida, 62% vence a partir de 2031, enquanto os R\$ 17,441 bilhões em caixa e aplicações financeiras cobrem mais de quatro anos de amortização. O Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE, da sigla em inglês) permaneceu em 15,2%.

Nota

CEREBRAS TEM PREJUÍZO E AÇÕES DA FABRICANTE DE CHIPS PARA IA TOMBAM NO AFTER HOURS EM NY

A Cerebras, fabricante de chips para inteligência artificial (IA), divulgou resultados referentes ao segundo trimestre ontem com prejuízo líquido de US\$ 450,5 milhões em seu segundo relatório de resultados desde o IPO, em maio. Por ação, o prejuízo ficou em US\$ 2,98. No mesmo período do ano passado, a companhia havia registrado lucro líquido de US\$ 309,5 milhões. O prejuízo operacional ajustado foi de US\$ 34 milhões - ante uma previsão de US\$ 63 milhões por parte de Wall Street e uma redução em relação aos US\$ 44 milhões do ano anterior. Analistas esperam que o resultado operacional ajustado se torne positivo no próximo ano. A empresa elevou seu guidance para todo o ano, com sua receita principal atingindo US\$ 210 milhões - superando a previsão de US\$ 191 milhões e dobrando em relação ao ano anterior. A empresa utiliza uma métrica de receita não convencional, uma vez que os números de vendas são afetados por duas particularidades.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A. - HOSPITAL BANGU. CNPJ: 06.047.087/0032-35, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU através do processo nº 14/200.382/2009, a renovação de sua Licença Municipal de Operação - LMO nº 002951/2022 para atividade hospitalar, localizado na Rua Francisco Real nº 752 - Padre Miguel/RJ.

METALÚRGICA BARRA DO PIRAI S/A

CNPJ: 28.566.933/0001-60

LICENÇA DE INSTALAÇÃO. METALÚRGICA BARRA DO PIRAI S/A, CNPJ: 28.566.933/0001-60, torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Ambiente e Sustentabilidade de Barra do Pirai a Licença de Instalação nº LABP nº LI 1202-2026, válida até o dia 09/06/2028, através do Processo Administrativo nº 13.034/2024, para realizar a atividade de Obras de recuperação de talude - corte 23.996,35m³, na Rua Estrada Manoel Coutinho de Carvalho, nº 3380, Campo Bom - Barra do Pirai/RJ.



CEFET/RJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSON SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.024/2026

OBJETO: o objeto da presente licitação é a aquisição de componentes e equipamentos eletrônicos para o curso de Automação Industrial da Uned Maria da Graça do Cefet/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.002286/2026-76. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 13/8/2026, às 10h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras/pt-br/. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** em 25/8/2026, às 10h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras/pt-br/. **RETIRADA DE EDITAL:** o edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br/). Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2026. **Ian Rodrigues Marcena – Pregoeiro do Cefet/RJ.**

BALANÇO

Lucro da Rede D'or sobe 8,5% no segundo trimestre, para R\$ 1,28 bilhão

WILIAN MIRON/AE

A Rede D'Or reportou lucro líquido ajustado de R\$ 1,283 bilhão, aumento de 8,5% em relação ao registrado no mesmo período de 2025. Considerando o efeito do IFRS 17, o lucro líquido contábil somou R\$ 1,289 bilhão no trimestre, alta de 23,1% na mesma base de comparação, ante R\$ 1,048 bilhão apurado no segundo trimestre de 2025.

Sem a adoção do IFRS 17, o lucro líquido foi de R\$ 1,239 bilhão no trimestre. O montante é 9,7% maior do que o observado em igual intervalo de 2025.

Considerando os seis primei-

ros meses do ano (base sem adoção do IFRS 17, para comparabilidade com o dado trimestral acima), o lucro líquido da Rede D'Or totalizou R\$ 2,399 bilhões, aumento de 11,7% ante os R\$ 2,148 bilhões do primeiro semestre do ano passado.

De acordo com a empresa, o desempenho foi impulsionado pelo avanço das receitas nos segmentos hospitalar e de seguros, além da expansão de margens operacionais no período.

O Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Ebitda, da sigla em inglês) consolidado foi de R\$ 2,903 bilhões no segundo trimestre, aumento de

18,2% na base de comparação anual. A margem Ebitda consolidada atingiu 19,5%, alta de 2,1 pontos percentuais ante o mesmo intervalo de 2025. No acumulado do ano até junho, o Ebitda totalizou R\$ 5,873 bilhões, elevação de 22,6% o observado em igual intervalo do ano anterior.

De abril a junho, a receita líquida consolidada da Rede D'Or foi de R\$ 14,910 bilhões, alta de 5,6% na base anual de comparação. Já no semestre, a receita líquida consolidada da empresa totalizou R\$ 29,467 bilhões, alta de 9,4%. A Rede D'Or encerrou junho com alavancagem de 1,71 vez dívida líquida/Ebitda, redução de

0,04 vez em relação ao trimestre anterior. No período, a companhia registrou geração de caixa de R\$ 5,414 bilhões no acumulado do primeiro semestre, com conversão de 92,2% do Ebitda reportado.

A dívida líquida fechou o semestre em R\$ 22,797 bilhões, aumento de 31,8% em relação a igual período do ano passado.

O resultado financeiro da companhia foi negativo em R\$ 745,0 milhões no trimestre, montante 35,5% maior do que no mesmo período de 2025, e negativo em R\$ 1,489 bilhão no semestre, alta de 38,6% na mesma base de comparação

INVERNO:

Sol com nuvens durante o dia. À noite não chove.

ACIDENTES

MPF pede ações de segurança para voos de helicóptero no Rio

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública para pedir medidas de controle e segurança dos voos comerciais de helicópteros no Rio de Janeiro. A ação foi proposta contra a União, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e o município do Rio de Janeiro.

No último sábado, um acidente com um helicóptero que fazia um voo panorâmico ocorreu no Parque Nacional da Tijuca, próximo à Vista Chinesa, causando incêndio e a morte de três turistas colombianas, além do piloto da aeronave.

Em 14 de junho de 2026, dois helicópteros se chocaram no ar e caíram no bairro do Recreio dos Bandeirantes, zona sudoes-

te do Rio de Janeiro. O acidente resultou na morte de seis pessoas, entre elas o cantor americano Oliver Tree e o youtuber argentino Gaspi.

Os destroços atingiram um terreno utilizado como pátio de veículos elétricos. O impacto provocou uma forte explosão e um incêndio de grandes proporções que destruiu dezenas de carros no local.

O MPF determinou também a abertura de novo inquérito civil para apurar a responsabilidade da empresa Voos Rio Panorâmico Serviços Aeronáuticos Ltda. pelos danos ambientais causados ao Parque Nacional da Tijuca em decorrência da queda e do incêndio da aeronave na floresta. A apuração será realizada independentemente das investigações destinadas a determinar as causas do acidente aéreo.

O MPF pede que o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), adote providências para que o trânsito ordinário dos helicópteros destinados ao transporte remunerado de passageiros, inclusive voos panorâmicos, seja direcionado à Rota Especial de Helicópteros Praia (REH Praia), independentemente da modalidade de contratação do serviço. A rota é um corredor aéreo já existente ao longo do litoral carioca, situado a 600 metros da faixa de praia.

O MPF pede também, em caráter de urgência, que o Deca intensifique a fiscalização das altitudes mínimas e demais regras das rotas de helicópteros. O órgão pede ainda que a Anac reforce a fiscalização dos operadores, impedindo a exploração comercial por empresas, aeronaves ou operadores que não atendam às exigências regulamentares.

A ação é resultado de inquérito civil aberto pelo MPF para apurar os impactos provocados pela expansão dos voos panorâmicos na cidade. Segundo dados reunidos na investigação, empresas associadas à entidade representativa do setor realizaram 24.681 voos panorâmicos em um ano, transportando 81.390 passageiros.

“Não se pretende proibir os passeios turísticos de helicóptero. Mas não é razoável que uma atividade usufruída por poucos exponha centenas de milhares de moradores e áreas ambientalmente protegidas aos impactos dos sobrevoos. O Rio já possui uma rota marítima estruturada pelo próprio Deca que permite conciliar a atividade turística com a proteção da população e do meio ambiente”, afirma o procurador da República Sergio Suíama, autor da ação.

IRREGULARIDADE

Anvisa proíbe fabricação e venda de 12 produtos de limpeza

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu nesta quarta-feira a fabricação e a venda de 12 produtos de limpeza.

De acordo com a agência, os produtos não têm registro sanitário e as empresas fabricantes são de origem desconhecida e não possuem autorização. Entre os produtos proibidos estão alvejantes, tira-manchas e alguns são a base de percarbonato de sódio. A proibição já está em vigor.

Veja a lista dos produtos:

- Oxypur – Quimpac
- Percarbonato de Sódio -

- Los Chefs
- Alvejante Natural Multiuso – nova fórmula
 - Percarbonato de Sódio - Vong Home
 - Boa Alvejante Percarbonato de Sódio em pó
 - Percarbonato Plus – ANS Agrária
 - Percarbonato de Sódio - Nativa
 - Yta Clean
 - Alvejante Tira Manchas – Amigos Distribuidora
 - Percarbonato de Sódio - Oxigen
 - Tira Manchas – FV Group
 - Percarbonato Top Brilho

PRÓ-APAC

Prefeitura entrega chaves de imóveis do Reviver Centro

A Prefeitura do Rio entregou, ontem, as chaves dos 11 primeiros imóveis históricos, localizados na Rua do Teatro, contemplados no projeto Reviver Centro Patrimônio Pró-APAC e que serão recuperados com subsídio do Município. A cerimônia, conduzida pelos secretários de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento, Osmar Lima e Gustavo Guerrante, respectivamente, contou também com a participação do secretário municipal de Cultura, Lucas Padilha, e da presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), Laura Di Blasi. O evento foi realizado no Real Gabinete Português de Leitura e marcou uma nova etapa da iniciativa, que tem como objetivo estimular a requalificação de prédios degradados e contribuir para a revitalização da região central da cidade.

“A revitalização do Centro precisa ser pensada de forma integrada, porque a recuperação dos imóveis e a ocupação dos espaços geram impactos que vão muito além da transformação física da região. Quando cultura, comércio, serviços, moradia e novos negócios passam a conviver em um mesmo território, criamos um ambiente mais atrativo para pessoas e empresas. É um círculo virtuoso que movimenta a economia no curto prazo e, ao mesmo tempo, amplia o potencial de inovação, criatividade e geração de novos negócios no longo prazo”, destacou o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Osmar Lima.

Os imóveis foram desapropriados por hasta pública e arrematados em leilão pela House RJ e pelo Real Gabinete Português de Leitura. Os proprietários contarão com subsídio de até R\$ 3.212 por metro quadrado para custear as obras de restauração e requalificação, conforme os critérios estabelecidos no edital e no termo de adesão. Também participa do programa a Venerável Ordem Terceira dos Mínimos, com sede na Igreja de São Francisco de Paula, que assumiu o compromisso de restaurar imóveis no entorno do Largo de São Francisco de Paula.

Como a igreja é tombada, há limitações para obras e alterações que possam afetá-la, inclusive em razão de intervenções em prédios próximos. Diante da importância do conjunto arquitetônico e cultural da região, reconhecida pelo Município, a Ordem irá recuperar esses imóveis e dar a eles novos usos.

Os imóveis contemplados estão localizados na Rua do Teatro, nos números 9, 11, 13, 15, 17, 19 e 37, e no Largo de

São Francisco de Paula, nos números 19, 21 e 23, todos no Centro. A lista inclui ainda o terreno denominado “Lote 1”, situado na Rua Particular, sob os números 2, 4, 6, 8 e 10, também no Centro.

“Reabilitar a Rua do Teatro e a área do Largo de São Francisco significa trazer moradia, novos usos e segurança jurídica, mostrando que a preservação da memória e o desenvolvimento urbano podem caminhar juntos. Com a entrega dessas chaves, damos mais um passo concreto na consolidação do Plano Diretor para esta região”, afirmou o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento, Gustavo Guerrante.

As equipes da SMDE e da SMDU mapearam mais de 4 mil imóveis degradados na região. Os técnicos definiram os núcleos de atuação e realizaram o leilão. Caso as intervenções não sejam executadas de acordo com as condições estabelecidas em edital, os imóveis poderão retornar ao domínio do Município.

O Reviver Centro Patrimônio Pró-APAC é coordenado pelas secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico (SMDE) e de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento (SDMU). O objetivo é integrar políticas públicas de requalificação urbana, preservação do patrimônio histórico e fortalecimento da atividade econômica, contribuindo para a transformação do Centro em uma região mais dinâmica, ocupada e valorizada.

Reviver Centro amplia moradias e novos usos na região

Lançado pela Prefeitura em 2021 para impulsionar a recuperação da região central, o Programa Reviver Centro alcançou novas marcas em agosto. Segundo o PAINEL Oficial de Monitoramento, atualizado em 6 de agosto, foram concedidas 81 licenças, que somam 8.903 novas unidades residenciais e 95 unidades destinadas a atividades comerciais, de serviços e culturais — 8.998 no total. Somente em 2026, foram licenciadas 1.528 moradias em 12 empreendimentos.

Os números refletem a estratégia do Município de atrair novos moradores e usos para o Centro, aproveitando a infraestrutura de transporte, lazer e serviços já existente. Outros 27 pedidos de licença estão em análise, com potencial para acrescentar mais 824 moradias à região.

Para a presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), Laura Di Blasi, a entrega das chaves representa um marco para as políticas municipais de preservação e requalificação urbana.

ZONA OESTE

Prefeitura apresenta novos ônibus que começam a circular neste mês

MARCO ANTONIO LIMA/PREFEITURA



A Prefeitura do Rio apresentou, ontem, no Centro Administrativo São Sebastião (CASS), na Cidade Nova, os primeiros modelos de ônibus do Sistema RIO (Rede Integrada de Ônibus), a nova rede de transporte por ônibus da cidade. Os veículos começam a operar, ainda em agosto, na Zona Oeste, beneficiando moradores de Santa Cruz, Sepe-tiba, Paciência, Cosmos, Inhoá-ba e Campo Grande. É o início da implantação do novo modelo de concessão do transporte coletivo municipal.

Foram apresentados os veículos que integram a nova frota: o ônibus básico, o modelo midi e o miniãoibus. Os veículos representam as duas primeiras áreas de implantação do Sistema RIO — Santa Cruz, identificada pela cor roxa, e Campo Grande, pela cor laranja. Os veículos básicos possuem piso baixo, que facilita o ingresso dos passageiros com necessidades especiais e com mobilidade reduzida.

“São ônibus novos. Os de piso baixo têm uma tecnologia que melhora o acesso para pessoas com deficiência e idosos que já têm gratuidade no Jaé. São ônibus que se ajoelham para a população entrar. A gente está cumprindo exatamente aquilo que se comprometeu: fazer com as linhas de ônibus a mesma transformação que foi feita nos BRTs. É fruto de muito planejamento, de muita gestão”, destacou o prefeito Eduardo Cavaliere.

A implantação ocorrerá de

forma gradual. Santa Cruz será a primeira região a receber o Sistema RIO, com início da operação em 24 de agosto, quando entram em circulação 115 novos ônibus identificados pela cor roxa. Campo Grande passará a integrar o novo sistema em 30 de agosto, com 54 novos ônibus na identidade visual laranja.

Ao todo, 169 novos ônibus começam a circular em agosto. Os contratos de concessão das regiões de Santa Cruz e Campo Grande foram assinados em

março deste ano. Nessas áreas, a frota passará dos atuais 104 para 316 ônibus. Até dezembro, outros 147 veículos serão incorporados ao sistema, conforme o cronograma de implantação.

“É o início da implantação do novo sistema e da transformação dos ônibus convencionais, começando pela região da cidade que tem o pior serviço, que é a Zona Oeste. Com essa entrega, a gente completa a frota de entrada da primeira etapa e seguimos em frente até 2028, com a

renovação completa”, disse o secretário municipal de Transportes, Jorge Arraes.

Durante a apresentação dos novos veículos, o cadeirante Raphael Pinho, de 39 anos, testou com aprovação a acessibilidade proporcionada pelos novos ônibus de piso baixo:

“A importância disso é que nos dá autonomia para que a gente possa se locomover dentro do ônibus. Muito mais do que ter uma rampa, é ter autonomia para a gente poder subir e se deslocar.

VICENTE DE CARVALHO

Fonoaudióloga é atingida por tiro no pescoço dentro de ônibus

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A onda de violência que atinge o Rio de Janeiro fez mais uma vítima na cidade. A fonoaudióloga Aline de Siqueira Affonso, de 53 anos, foi baleada dentro de um ônibus urbano da linha 629 (Irajá x Saens Peña) e o projétil ficou alojado na coluna cervical da passageira.

O caso aconteceu na manhã de ontem, durante confronto entre policiais militares e criminosos, na Avenida Meriti, em Vicente de Carvalho, zona norte do Rio.

A mulher foi encaminhada às pressas ao Hospital Getúlio Vargas, na Penha, onde passou por cirurgia de mais de quatro horas. No momento, ela está no Centro de Terapia Intensiva (CTI).

Em nota, a direção do Hospital Estadual Getúlio Vargas informa que a paciente Aline de Siqueira Affonso apresenta “quadro clínico grave”.

O ônibus passava pela Avenida Meriti, altura do Colégio Pio XII. Os passageiros desceram correndo da condução e entraram em um colégio para se pro-

teger. Aline Affonso foi atingida. Ela estava a caminho do trabalho.

O motorista ficou muito nervoso e sem condições de dirigir. Um policial militar assumiu a direção do coletivo e levou a vítima até o hospital.

POLICIAMENTO

A Polícia Militar informou, por meio de nota, que policiais do 41º batalhão de Irajá faziam policiamento pelas proximidades da Comunidade do Trem, em Vicente de Carvalho, quando criminosos ar-

mados atiraram contra as equipes. Houve confronto e os suspeitos fugiram. Logo em seguida, os agentes foram informados que uma mulher estava ferida dentro do ônibus. Ela foi levada ao Hospital Estadual Getúlio Vargas, na Penha. O policiamento foi intensificado na região.

O Rio Ônibus informou em nota, que “lamenta a rotina de violência que o setor vive na cidade. Casos como esse comprometem diretamente a vida e a segurança de passageiros e rodoviários.”

LAGOA D’ANTA

MP pede cassação de vice-prefeito no RN que cursa medicina em SP

JULIANO GALISI/AE

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP-RN) pediu a cassação do vice-prefeito licenciado de Lagoa d’Anta, Einart Guedes (União Brasil), que cursa uma residência médica em São Paulo sem ter renunciado ao cargo que ocupa na pequena cidade do interior do estado. O caso foi revelado pelo Estadão em março.

A Procuradoria denunciou o médico por abandono de cargo eletivo. Agora, o pedido do Ministério Público será encaminhado à Câmara do município, que deve votar o recebimento da denúncia. Se a denúncia for recebida, os vereadores decidirão se o vice-prefeito será cassado.

O Estadão procurou Einart Guedes, a Santa Casa de São Paulo e prefeitura de Lagoa d’Anta, mas não houve retorno. No início de março, Einart Guedes matriculou-se na residência em Ortopedia e Traumatologia da Santa Casa. A residência médica é um curso em período integral, com carga horária é de 60 horas semanais.

Embora tenha se matriculado em um curso com dedicação exclusiva, ele não re-

nunciou ao cargo político. Ao invés disso, passou a articular a aprovação de uma medida que lhe permitisse acumular o cargo ao mesmo tempo que estivesse em São Paulo.

Para tanto, a prefeitura criou um novo tipo de licença aos gestores locais. A medida estendeu o prazo da licença para tratar de interesses particulares do prefeito e do vice. O prazo desse tipo de licença passou de noventa dias para até dois anos

Ao encaminhar a proposta à Câmara Municipal, o prefeito João Paulo Lopes (MDB), que assina o texto, não esclareceu que o principal beneficiado com a medida é o vice-prefeito, que também é seu primo.

Para o Ministério Público do Rio Grande do Norte, Einart Guedes ausentou-se do território de Lagoa d’Anta sem autorização prévia dos vereadores, o que é vedado por lei.

Segundo o MP-RN, Einart só solicitou a licença em abril, após a aprovação do prazo estendido. Naquele momento, o vice-prefeito já havia deixado a cidade potiguar há pelo menos um mês, configurando abandono de cargo público

MAL SÚBITO

Após AVC isquêmico, líder do PT na Câmara continua internado

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (PT-SC) (**foto**), não apresenta alterações cognitivas, após sofrer um acidente vascular cerebral (AVC) isquêmico na terça-feira. Ele continua internado no Hospital DF Star, em Brasília, de acordo com informações postadas nas redes sociais do deputado.

“O quadro não apresenta déficit motor, nem cognitivo. O parlamentar permanece internado para observação clínica e realização de exames complementares, evoluindo de forma estável.”

Em nota, a assessoria de comunicação de Uczai informou que ele passou a noite bem, sem intercorrências e mantém-se consciente, orientado, estável e sem alterações cogni-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

tivas ou motoras.

“A internação prossegue para observação e realização de exames complementares com evolução clínica positiva”, destacou o comunicado.

O deputado passou mal na terça-feira, durante reunião do Colégio de Líderes. Ele chegou a ser socorrido por outros parlamentares, incluindo o próprio presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), que é médico.

PARANÁ

Professor é investigado por pedir foto de aluna nua e ameaçar reprová-la

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Um professor de um colégio estadual de Ponta Grossa, na região de Campos Gerais do Paraná, é investigado por assédio sexual após ameaçar uma aluna exigindo que ela enviasse uma foto dela nua. A polícia teve acesso a prints das mensagens enviadas por ele à estudante. No diálogo, a adolescente nega e o professor responde: “eu tô mandando, você não tem escolha ou você quer reprovar?”, continua, “quer decepcionar toda a sua família?”.

Segundo a polícia, a pasta cumpriu um mandado de busca e apreensão contra o professor no último sábado. Foram apreendidos um celular, um notebook e pendrives que serão periciados. O caso está

sob responsabilidade do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (Nucria).

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed-PR) informou em nota que o docente não integra mais o quadro da rede estadual de ensino, em “razão da rescisão de seu contrato decorrente de procedimento administrativo”.

Em seguida, disse que a Seed e o Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa permanecem à disposição das autoridades para colaborar com a investigação e fornecer informações eventualmente solicitadas pelos órgãos competentes.

Por envolver menor de idade, o caso tramita sob sigilo, conforme determina a legislação.

GUERRA NO IRÃ

Câmara aprova redução de impostos para combustíveis

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar (PLP) 114/2026, que estabelece redução de alíquotas de tributos federais sobre a importação, a produção e a comercialização de óleo diesel rodoviário, biodiesel, gasolina, etanol e querosene de aviação. Foram 318 votos favoráveis, 113 contrários e uma abstenção.

O texto agora vai para votação no Senado. O objetivo da medida é mitigar os efeitos do aumento dos preços dos combustíveis decorrente da guerra dos Estados Unidos (EUA) contra o Irã no Oriente Médio, que fechou a principal rota de exportação do petróleo na região, provocando fortes oscilações na cotação do barril.

A perda de arrecadação, de acordo com o texto, será compensada pelo aumento extraordinário de receitas da União obtidas por causa do aumento no valor do petróleo, que ampliou os royalties e outras participações desde o início do ano.

"Somente entre janeiro e março de 2026, a arrecadação federal chegou a R\$ 28 bilhões, contra R\$ 9 bilhões no mesmo período em 2025, um crescimento real superior a 200%",

destacou a relatora do projeto, Marussa Boldrin (Republicanos-GO).

Marussa apresentou um substitutivo ao texto original, de autoria do deputado Paulo Pimenta (PT-SP), ampliando ainda mais o alcance da proposta para além do setor de combustíveis derivados do petróleo. Os benefícios fiscais passaram a incluir os setores de etanol, fertilizantes agrícola e pesquisa de minerais críticos e terras raras, além da desoneração fiscal para a Copa do Mundo de Futebol Feminino, em 2027.

A inclusão do etanol e dos biocombustíveis busca impedir que subsídios à gasolina ou ao diesel eliminem a vantagem tributária dos combustíveis não fósseis. A diferença deverá ser equivalente à praticada antes do conflito, tanto em termos percentuais quanto aos valores absolutos por unidade de medida. Se a tributação federal da gasolina cair 30% ou mais, as alíquotas do etanol serão reduzidas a zero.

Neste ano, o governo concederá subvenção de R\$ 1,2 bilhão aos produtores de etanol hidratado para garantir a diferenciação nos preços da gasolina e do etanol. Produtores de etanol, inclusive cooperativas, poderão compensar até R\$ 750 milhões em débitos com a Receita Federal.

MEDICAMENTOS

Ministério da Saúde anuncia novas regras para o Farmácia Popular

DALILA SANTANA/AE

Durante evento da Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), em São Paulo, ontem, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou mudanças no Programa Farmácia Popular.

As alterações estão detalhadas em uma portaria publicada ontem, no Diário Oficial da União e envolvem a modernização dos sistemas usados pelo programa e novas ferramentas para acompanhar possíveis irregularidades.

O texto também prevê a criação de um grupo de trabalho para discutir a ampliação dos serviços oferecidos aos usuários. Entre as possibilidades que serão avaliadas estão a oferta de exames, testes rápidos e teleatendimento nas unidades.

"Queremos dar um salto ainda maior na modernização digital desse programa", afirmou Padilha durante o evento.

Atualmente, o programa pos-

sui cerca de 28 mil farmácias credenciadas e oferece gratuitamente 41 itens, incluindo medicamentos para hipertensão, diabetes, asma, doença de Parkinson e glaucoma, além de fraldas geriátricas e absorventes.

Segundo o Ministério da Saúde, o programa está presente em mais de 4,9 mil municípios e, em 2025, atendeu 27,3 milhões de pessoas.

FISCALIZAÇÃO

Com as novas regras, uma possível irregularidade em farmácias credenciadas não levará automaticamente à suspensão. A medida adotada dependerá do risco identificado, e a suspensão imediata ficará restrita aos casos classificados como de risco alto ou muito alto. Ferramentas digitais e inteligência artificial serão usadas nesse acompanhamento para tornar o controle das unidades mais ágil.

O Sistema Autorizador de Vendas (SAV), utilizado para registrar as operações do progra-

ma, também será atualizado. A ferramenta receberá novos recursos digitais para aumentar a segurança e melhorar o acompanhamento das retiradas de medicamentos e outros produtos.

O governo estuda ainda usar biometria e reconhecimento facial para identificar os usuários, como uma forma de reforçar a segurança e ajudar no combate a fraudes.

As farmácias também terão que renovar a participação no programa a cada dois anos. De acordo com a portaria, quem perder o prazo poderá ter o acesso ao sistema suspenso até regularizar a situação. Caso a renovação não seja feita, a participação da unidade poderá ser cancelada.

Outra mudança é a possibilidade de ampliar o número de farmácias credenciadas em regiões que ainda têm pouca cobertura do programa. Em nota, o Ministério da Saúde afirma que a expansão deverá priorizar áreas vulneráveis e periferias de

tais inteligentes de alta complexidade e benefício fiscal para a Fifa pela realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino, que será sediada no Brasil.

ACORDO

A votação deste Projeto de Lei Complementar foi viabilizada após acordo do governo com lideranças do Congresso Nacional, com participação dos ministérios do Planejamento e da Fazenda. Pela manhã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), se reuniram no Palácio da Alvorada para definir as prioridades legislativas deste período de esforço concentrado no Parlamento.

Também participaram do encontro o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães e a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE).

O Congresso Nacional retomou a agenda legislativa essa semana, após o recesso parlamentar, em um esforço concentrado para votações em plenário e nas comissões. De acordo com os presidentes da Câmara e do Senado, serão duas semanas de esforço concentrado antes das eleições: entre 10 e 14 de agosto, e entre 31 de agosto e 3 de setembro.

STF

PGR mantém proibição de visitas de Flávio a Bolsonaro

LUCAS ALLABI/AE

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, recomendou ontem, que o Supremo Tribunal Federal (STF) mantenha as decisões que restringiram as visitas familiares a Jair Bolsonaro durante o cumprimento de sua prisão domiciliar.

Em 13 de julho, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu por 90 dias as visitas de Flávio ao pai após o senador divulgar uma carta de Jair pedindo votos à sua candidatura. Quatro dias depois, Moraes também proibiu, até o fim das eleições de 2026, qualquer visita com finalidade político-eleitoral ao ex-presidente.

Após as decisões, a defesa de Bolsonaro pediu a retomada das visitas de Flávio, alegando a "necessidade de preservar os vínculos familiares e a relação profissional entre os dois". Em outro recurso, contestaram a proibição de manifestações político-eleitorais, sob o argumento de que a suspensão dos direitos políticos não impli-

ca, por si só, restrição à liberdade de expressão. Gonet, porém, defende a manutenção das restrições. Para o procurador-geral, a prisão domiciliar humanitária não afasta as regras do regime fechado e o direito de visita pode ser restringido diante do descumprimento das condições impostas pelo STF.

CRIME SEM CASTIGO

Agência manda Discord suspender lives após suicídio de adolescente

PAULA FERREIRA/AE

A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) determinou a suspensão das transmissões ao vivo da plataforma Discord no Brasil em três dias úteis. A medida se trata, segundo ANPD, de ação preventiva. As lives e outras ferramentas de compartilhamento de vídeo seguirão suspensas até que a plataforma comprove a adoção de medidas para proteger crianças e adolescentes no ambiente digital, conforme a agência, responsável por fiscalizar a aplicação do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) Digital. O Discord, popular entre os jovens, é uma rede de comunicação que permite criar e participar de grupos (os "servidores"), com suporte a texto, chamadas de voz e vídeo. Em julho, o site foi utilizado para transmitir a automutilação e o suicídio de uma menina de 13 anos. A plataforma tem sido frequentemente usada por redes online de terrorismo e extremismo, que incentivam automutilação, suicídio, tortura de crianças e animais, ataques a escolas, tiroteios em massa, entre outros tipos de violência. Na semana passada, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, pediu o bloqueio do Dis-

cord "de qualquer forma" ao comentar a repercussão do caso. Especialistas têm defendido maior rigor na fiscalização das big techs, mas apontam os riscos de que a suspensão de uma plataforma faça com que os criminosos apenas migrem para outras redes. "O Discord não está sendo bloqueado. O que a medida preventiva suspende é a funcionalidade 'Go Live', utilizada para transmissões ao vivo em servidores fechados", disse o superintendente de Fiscalização da ANPD, Fabrício Lopes, em nota divulgada pela agência. "Nosso objetivo é reduzir os riscos de danos graves ou de difícil reparação a que estão sendo expostas as crianças e adolescentes", acrescentou. Na sexta-feira, a ANPD havia instituído um procedimento de fiscalização para apurar se a empresa descumpra a lei brasileira de proteção a crianças e adolescentes no ambiente digital. Na segunda-feira, a ANPD recebeu um conjunto de informações por parte da empresa, e se reuniu com representantes do Discord no dia seguinte. Após analisar o caso, decidiu pela suspensão das lives. A agência afirma que foram encontradas "evidências robustas" de que a empresa não ado-

tou medidas razoáveis para prevenir e mitigar riscos de acesso e exposição de crianças e adolescentes com conteúdos de risco, que representem violações de direitos. Entre os principais pontos destacados pela agência, estão: - Mau uso recorrente: A ANPD considera que as lives na plataforma têm sido utilizadas para prática de violência, assédio e indução à automutilação e ao suicídio - Sistemas falhos: a agência diz que o Discord não tem acesso aos conteúdos das lives em tempo real e, com isso, não conseguem analisar as violações enquanto elas ocorrem. "A plataforma depende de sistemas automatizados falhos e de denúncias dos próprios participantes desses ambientes voltados à prática dessas violações", diz a ANPD. - Menos proteção: Segundo a ANPD, o Discord foi na contramão do ECA Digital, e às vésperas de sua entrada em vigor fez mudanças técnicas que tornaram a função live menos protetiva para crianças e adolescentes. O que a agência analisou foi um conjunto de explicações apresentadas pela empresa no âmbito do processo de fiscalização instaurado pelo órgão. A

ANPD ainda não analisou a proposta enviada pelo Discord à Advocacia Geral da União (AGU). O Estadão apurou que, após a reunião da agência com representantes do Discord, a percepção da ANPD foi de que crianças e adolescentes estão "totalmente desprotegidos" na plataforma. E que se trata de uma opção da empresa não implementar medidas robustas para fazer o controle. DENÚNCIAS Conforme da Safernet, organização não governamental de defesa dos direitos humanos na internet, de janeiro a julho o número de denúncias envolvendo o Discord aumentou 54% ante o mesmo período de 2025. Nos primeiros sete meses deste ano, foram 406, na comparação com 264 nesse intervalo no ano passado. É a maior média mensal de toda a série histórica do levantamento, iniciado em 2017. Segundo a Safernet, o Discord está banido na Rússia, Turquia, Egito, Irã, Jordânia, Emirados Árabes Unidos e Camboja. No caso da Rússia e Turquia, bloquearam o Discord em 2024 sob a acusação de descumprimento de ordens judiciais para a remoção de conteúdos ilegais.

MEDIDA PROVISÓRIA

Congresso adia instalação de comissão sobre ‘taxa das blusinhas’

LUCAS PORDEUS LEÓN E PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O Congresso Nacional decidiu ontem adiar a instalação da comissão parlamentar mista que vai analisar a Medida Provisória (MP) apelidada de "taxa das blusinhas", que zera o imposto de importação de 20% para compras internacionais de até US\$ 50 feitas pela internet. A medida perde a validade no dia 8 de setembro se não for aprovada na Câmara e no Senado. Segundo informações da liderança do governo no Congresso, ainda não houve acordo sobre a relatoria e a presidência do colegiado, por isso ela só deve ser instalada daqui a três semanas, entre os dias 31 de agosto a 3 de setembro, quando deputados e senadores vão realizar um novo esforço concentrado para votação de propostas legislativas prioritárias pendentes. A análise da MP da taxa das blusinhas estava parada por falta de autorização para instalação da comissão por parte do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o que levou o governo a pedir formalmente a instalação do colegiado. Mais cedo, ontem, o ministro das Secretarias de Relações Insti-

tucionais, José Guimarães, informou que uma reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Alcolumbre, no Palácio da Alvorada, contribuiu para destravar pautas em tramitação no Legislativo, incluindo esta e outras MPs. "Foi reafirmada a importância do avanço das pautas prioritárias para o Governo, como a PEC do fim da escala 6x1, a MP que trata do fim da 'taxa das blusinhas', a PEC da Segurança Pública e o PL de Minerais Críticos", disse Guimarães, em postagem nas redes sociais. Outras MPs Apesar da indefinição da comissão da Medida Provisória da taxa das blusinhas, outras cinco MPs que estavam pendentes de análise tiveram seus colegiados instalados, com escolha de presidentes e relatores. São elas: • MP que estabelece alterações no Código de Trânsito para simplificar atividades de motoboys e mototaxistas (MP 1.360/2026); • MP que permite a renegociação das dívidas de produtores rurais que perderam safras entre 2019 e 2025 (MP 1.376/2026); • MP que amplia as atribuições do Programa de Gerencia-

mento de Benefícios (PGB), voltado à redução das filas de análise de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Perícia Médica Federal (MP 1.369/2026); • MP que cria um "adicional de fronteira" para servidores de carreira da Controladoria-Geral da União (CGU) e analistas técnicos do Poder Executivo federal que atuam em localidades estratégicas (MP 1.375/2026); • MP que criou e tornou obrigatória a aprovação no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) para o exercício da profissão no país (MP 1.370/2026).

IMPOSTOS

O acordo para destravar pautas no Congresso também viabilizou a aprovação, tanto na Câmara, quanto no Senado, do Projeto de Lei Complementar (PLP) 114/2026, que estabelece redução de alíquotas de tributos federais sobre a importação, a produção e a comercialização de óleo diesel rodoviário, biodiesel, gasolina, etanol e querosene de aviação. O objetivo da medida é mitigar os efeitos do aumento dos preços dos combustíveis decorrente da guerra dos Estados Uni-

SENADO

Alcolumbre sobre encontro com Lula: não falamos do passado

POR VICTOR OHANA

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), afirmou que o encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve caráter "institucional" e que não houve conversas sobre assuntos "do passado". As declarações ocorreram à imprensa, ontem, horas após uma reunião com Lula no Palácio da Alvorada, em Brasília. "Foi uma reunião institucional. Muito boa inclusive", disse Alcolumbre. Perguntado se a reunião tratou da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF),

o senador respondeu: "Nós conversamos da relação institucional do futuro, não falamos nada do passado". Alcolumbre disse ainda que "não tem calendário", ao ser questionado sobre a votação do fim da escala 6x1. "Teve uma reunião institucional muito importante para a democracia, porque o presidente do Congresso precisa ter o diálogo aberto com o presidente do Brasil, e esse diálogo foi restabelecido", declarou. Ele acrescentou: "Tanto que já tivemos duas reuniões, todas muito boas e produtivas, pensando no Brasil. Esse é o meu papel, e eu creio que é o dele também".

MINAS GERAIS

Tribunal que juiz acusa de corrupção gastou R\$ 38 mi com Corollas

FELIPE DE PAULA/AE

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais gastou R\$ 38,4 milhões para colocar à disposição de seus desembargadores uma frota de 179 modelos do Corolla Cross XRX Hybrid 2026, versão topo de linha eletrificada do SUV. A aquisição é alvo de acusações do juiz Milton Lívio Lemos Salles, afastado cautelarmente da Corte após fumar e beber vinho em uma audiência virtual. Ele afirmou haver corrupção no tribunal mineiro. A Corte rechaça as acusações de Salles e informou que "a renovação da frota foi fundamentada em estudos técnicos que consideraram o desgaste e a antiguidade dos veículos utilizados há mais de cinco anos". Sobre as alegações do juiz, o tribunal afirmou que as falas são "genéricas e dissociadas de elementos mínimos de provas". A aquisição dos veículos foi citada pelo juiz Milton Salles em um vídeo gravado por ele após ser flagrado entornando uma garrafa de vinho e acendendo um cigarro com um maçarico durante uma audiência virtual do 4.º Núcleo de Justiça 4.0 (Cível Família), na segunda. No vídeo, publicado na terça-feira, o juiz diz ser alvo de difamação, sugere irregularidades na compra dos veículos, acusa de corrupção quatro colegas - citando os nomes - e afirma que a aquisição de 179 modelos híbridos Corolla "é uma vergonha". O estudo técnico do tribunal que embasou a compra dos veículos apontou que a aquisição de R\$ 38,4 milhões atende "às constantes necessidades de deslocamentos dos desembargadores em suas atividades diárias, proporcionando melhores condições de transporte, conforto e segurança, possibilitando uma melhor prestação jurisdicional". O uso é restrito ao desempenho da função pública e é proibido aos fins de semana, ferias-

dos e para fins particulares. Cada veículo custou R\$ 215 mil aos cofres do tribunal. O setor de Gerência de Contratos e Convênios da Corte argumenta que o "valor unitário de referência estabelecido pelo TJMG foi de R\$ 229.427,33, portanto, inferior ao valor de referência definido no edital". O Toyota Corolla Cross XRX Hybrid 2026 é a versão topo de linha eletrificada do SUV da marca. Ele combina um motor 1.8 flex a combustão com motores elétricos (122 cv combinados), teto solar, painel digital de 12,3" e o pacote de segurança Toyota Safety Sense. "A decisão da alteração do modelo/categoria do veículo foi fundamentada na tendência atual do mercado automotivo, que aponta para o crescimento da popularidade dos modelos SUVs em relação aos sedans. Esse crescimento é impulsionado por diversos fatores como percepção de segurança, espaço interno e recursos tecnológicos", diz o documento de 15 páginas. O tribunal mineiro alega que "a escolha por veículos híbridos-flex foi precedida de análise técnica, considerando diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a redução das emissões de carbono até 2030 e as características operacionais da Corte, que incluem deslocamentos frequentes entre comarcas do Estado". Todos os 148 desembargadores da Corte têm um Corolla Cross XRX Hybrid 2026 exclusivo para seus deslocamentos. A aquisição dos carros, assim como ocorre nos tribunais de todo o País, segue as regras estabelecidas pela Resolução 83 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No caso do Tribunal mineiro, os carros são classificados como "veículos automotores de representação e institucionais": os de representação são destinados exclusivamente ao presidente e ao corregedor, enquanto os institucionais são utilizados pelos desembargadores.

Nota

AGU DEFENDE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO CONTRA MORAES NOS EUA

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou ontem que pediu à Justiça dos Estados Unidos o arquivamento do processo movido pelas redes sociais Rumble e Trump Media contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Na petição foi enviada à Justiça da Flórida, a AGU, que faz a defesa do ministro, sustenta que a própria lei norteamericana reconhece a imunidade e a soberania de Estados estrangeiros perante os tribunais dos Estados Unidos. A AGU também argumentou que as decisões de Moraes foram referendas pela Primeira Turma da Corte, formada por cinco ministros.

Instalação vital

Kuwait desmantela 'plano terrorista' para atacar infraestrutura

PATRICIA LARA/AE

Forças de segurança do Kuwait frustraram um "plano terrorista" contra uma instalação vital e prenderam um cidadão do país ligado ao grupo terrorista ISIS antes que a intenção pudesse ser executada. A informação constou de comunicado do Ministério do Interior no X, que afirmou que o Serviço de Segurança do Estado descobriu o plano após intenso monitoramento e vigilância. As investigações revelaram

que o suspeito recebeu treinamento em explosivos e fabricação de drones e construiu um drone destinado a ser usado em um ataque a uma instalação vital, disse o ministério, sem identificar o local pretendido, segundo a agência Anadolu.

O comunicado informou que foram tomadas as medidas legais cabíveis contra o suspeito, que foi encaminhado às autoridades competentes para a conclusão da investigação.

Europa

Otan reforça defesa após violações de espaço aéreo

THAIS PORSCH/AE

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) se reuniu ontem, para discutir as recentes violações do espaço aéreo na Polônia e na Romênia pela Rússia, além de incidentes envolvendo drones. Segundo o comunicado divulgado pela aliança, os membros reforçaram "total solidariedade" e apoio aos países afetados.

No texto, a Otan atribui a responsabilidade pelos episódios à Moscou, com os países-membros enfatizando que as violações do espaço aéreo são perigosas e inaceitáveis. "Os casos demonstram a crescente

tolerância da Rússia ao risco", acrescenta o comunicado.

A aliança também declarou que permanece unida na defesa dos países integrantes e elogiou a resposta rápida das autoridades nacionais e da própria Otan aos incidentes. A nota diz ainda que a organização vem reforçando suas defesas aéreas e antimísseis integradas para "dissuadir e defender contra qualquer agressão"

Por fim, os aliados reafirmaram apoio à Ucrânia na defesa de sua liberdade, soberania e integridade territorial, pontuando que a segurança ucraniana contribui para a segurança da própria Otan.

Ciberataques

Alemanha propõe reforçar inteligência contra espionagem

O governo da Alemanha pretende ampliar os poderes de seus serviços de inteligência para ações como neutralizar tentativas de sabotagem e ataques hackers, em resposta ao avanço de ameaças atribuídas a potências como a Rússia e a grupos extremistas.

O gabinete aprovou ontem um projeto de lei para fortalecer o Serviço Federal de Inteligência (BND) e a agência de inteligência interna (BfV), além de reduzir a dependência do país mais populoso da União Europeia de informações repassadas por aliados.

Os poderes das agências alemãs de inteligência há muito ficam abaixo dos de grandes pares europeus. A Alemanha, por tradição, é especialmente sensível a questões de privacidade e proteção de dados - em parte pelas memórias de repressão sob o nazismo e, mais tarde, pela polícia secreta da antiga Alemanha Oriental.

"Hoje, a Alemanha é constantemente alvo de ataques híbridos de potências estrangeiras, e isso é um perigo real e muito agudo", disse Nina Warken, chefe de gabinete do chanceler Friedrich Merz "Somos dependentes demais do apoio dos serviços de inteligência de outros países e, no momento, essa ajuda é uma via de mão única em áreas demais."

O ministro do Interior, Alexander Dobrindt, afirmou que "estamos transformando nossos serviços de inteligência em serviços de inteligência de verdade".

Segundo ele, as ameaças atuais exigem estruturas

"competitivas com as de nossos parceiros na União Europeia e também com serviços amigos fora dela".

"Somos alvo diário de espionagem, sabotagem, ataques cibernéticos e ações encobertas de potências estrangeiras com o objetivo de desestabilizar e prejudicar nosso país e provocar mudanças políticas e sociais", disse Dobrindt.

Pela reforma, que ainda precisa ser aprovada pelo Parlamento, as agências ganharão mais poderes para acessar laptops, celulares e outros dispositivos, além de armazenar os dados coletados.

Warken, que supervisiona os serviços de inteligência, disse que eles também poderão adotar "medidas ativas". O BND poderia, por exemplo, substituir componentes em remessas por peças defeituosas, acessar sistemas de TI de fábricas de drones ou de laboratórios de armas químicas para sabotá-los, ou desativar servidores de hackers e agentes de desinformação ligados a Estados estrangeiros.

Dobrindt também mencionou a possibilidade de trocar explosivos por substâncias inofensivas.

A reforma vem sendo discutida há meses. Os riscos enfrentados pela Alemanha ganharam destaque na semana passada com a descoberta de um drone carregando explosivos no aeroporto de Leipzig/Halle, importante centro de cargas internacionais e de apoio à Ucrânia.

O caso está sob investigação, e as autoridades não informaram quem pode ter sido o responsável.

EUA

Gestapo de Trump usará luva de choque em imigrantes

Agentes do Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês) poderão receber luvas capazes de aplicar choques elétricos dolorosos para conter pessoas que resistam às abordagens. A agência planeja gastar até US\$ 20 milhões (cerca de R\$ 103 milhões) na compra de milhares de dispositivos, segundo aviso publicado na segunda-feira passada, pelo Departamento de Segurança Interna (DHS).

Chamadas de G.L.O.V.E. (Generated Low Output Voltage Emitter), as luvas são fabricadas pela Compliant Technologies LLC, empresa de Lexington, no estado do Kentucky. O equipamento já é utilizado por algumas penitenciárias e departamentos de polícia nos Estados Unidos.

O DHS informou à Associated Press que preparava uma resposta sobre a aquisição e não fez comentários imediatos. A fabricante também não quis se pronunciar. Segundo o aviso, a licitação para um contrato sem concorrência poderá ser publicada já nesta sexta-feira. A previsão é que os equipamentos sejam adquiridos até março.

A Compliant Technologies afirma que as luvas funcionam normalmente como equipamentos de patrulhamento até que o agente acione um interruptor para ativar o sistema elétrico. O dispositivo precisa entrar em contato direto com a pele para provocar um estímulo doloroso que, segundo a empresa, costuma levar à obediência em poucos segundos.

A possível adoção das luvas pelo ICE provocou críticas de organizações de defesa dos direitos civis. Os grupos afirmam que a agência já é alvo de ques-

tionamentos pelo uso da força durante a política de deportações do presidente Donald Trump e que há pouca supervisão sobre a atuação dos agentes.

Jenn Rolnick Borchetta, diretora-adjunta do projeto sobre policiamento da União Americana pelas Liberdades Civas (ACLU), questionou a necessidade do equipamento em ações de fiscalização migratória. Segundo ela, pessoas abordadas pelos agentes poderiam ser submetidas aos choques sem aviso prévio.

O fabricante afirma que o equipamento não deve ser usado como punição nem contra pessoas que apresentem apenas "desobediência verbal ou comportamento agressivo". Também recomenda que não seja utilizado contra crianças, grávidas, idosos ou pessoas com deficiência.

John Peters, presidente do Institute for the Prevention of In-Custody Deaths, que estuda o uso do dispositivo, afirmou que a aquisição planejada pelo ICE provavelmente seria a maior já feita pela empresa. Segundo ele, as luvas poderiam ser usadas para retirar pessoas que resistem de veículos e imóveis ou durante o transporte para centros de detenção.

O equipamento é utilizado, segundo a fabricante, principalmente em situações específicas, como para conter suspeitos violentos que se recusam a entrar em viaturas ou detentos que es-tejam se ferindo ou ameaçando agentes. Para utilizar as luvas, os agentes precisam concluir um treinamento e passar por uma nova certificação a cada dois anos, de acordo com a empresa.

Câmeras corporais

O ICE também espera equi-

par seus agentes com câmeras corporais nos próximos dois meses, mas a política da agência dá amplo controle sobre quais imagens serão divulgadas ao estabelecer que qualquer publicação deve atender aos seus "melhores interesses" - sem especificar quais.

A política do ICE sobre o uso de câmeras corporais pode fazer com que contribuintes que desembolsaram dezenas de milhares de dólares para financiar os equipamentos fiquem sem acesso a imagens de confrontos de grande repercussão, ao menos nos momentos imediatamente posteriores aos episódios.

A política determina que o ICE divulgue rapidamente imagens de tiroteios e de outros confrontos nos quais seus agentes provoquem mortes ou ferimentos graves somente depois de concluir que a divulgação atende aos "melhores interesses da agência". Segundo especialistas em políticas de câmeras corporais, isso dá ao diretor do ICE poder discricionário para divulgar gravações que favoreçam a imagem da instituição e manter outras em sigilo

Esse tipo de divulgação seletiva é comum em algumas forças de segurança dos Estados Unidos, mas raramente aparece de forma tão explícita nas normas internas, afirmou Christopher Schneider, professor da Brandon University, no Canadá, e coautor do livro Police Body-Worn Cameras: Media and the New Discourse of Police Reform.

"De certa forma, o ICE está dizendo em voz alta aquilo que normalmente fica implícito", afirmou. "As câmeras corporais estão sendo usadas como ferramentas contemporâneas de

construção de imagem para apresentar a polícia ao público da maneira mais favorável possível."

A política do ICE determina que os agentes ativem as câmeras durante atividades rotineiras de fiscalização, incluindo prisões, cumprimento de mandados de busca e resposta a emergências.

Após tiroteios ou outros confrontos graves, um comitê formado por altos funcionários e advogados do ICE analisará as imagens e recomendará se elas devem ser divulgadas rapidamente, de acordo com a política publicada em fevereiro de 2025.

Se a recomendação for pela divulgação, a gravação poderá ser publicada em até 72 horas. Porém, caso o diretor da ICE considere que "circunstâncias específicas e convincentes" justificam a retenção das imagens, ele terá autoridade para impedir ou adiar indefinidamente a divulgação, segundo a norma.

A política não detalha quais seriam essas circunstâncias. O ICE também não respondeu a uma pergunta da Associated Press sobre como essas decisões serão tomadas.

O ICE gastou US\$ 30,9 milhões (cerca de R\$ 166 milhões) em julho para comprar equipamentos de câmeras corporais da Axon, empresa sediada no Arizona que também fabrica as armas de choque Taser, segundo registros federais.

A compra ocorreu um dia depois do tiroteio fatal envolvendo um motorista de 25 anos no Maine, morto por um agente do ICE que tinha histórico de comportamento violento. Dias antes, outro agente do ICE havia atirado e matado um construtor de Houston que dirigia para o trabalho.

Pirataria

Putin ameaça retaliar por apreensões de navios comerciais russos

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, ameaçou ontem retaliar a apreensão, pelo Ocidente, de embarcações comerciais ligadas ao país, classificando a medida como "pirataria".

Durante visita a um navio de guerra russo que participava de um exercício naval no Pacífico, Putin afirmou que as detenções de navios vinculados à Rússia violam o direito marítimo internacional.

"Não é nada além de pirataria e roubo", disse Putin. "Se isso acontecer, seremos obrigados a responder na mesma moeda."

Ele acrescentou que a resposta russa não necessariamente ocorrerá nas mesmas águas em que os navios foram apreendidos, observando que Moscou pode retaliar "em qualquer área que considerarmos necessária e apropriada", inclusive no Pacífico.

O comandante da Frota do Pacífico, almirante Viktor Liina, informou a Putin que a Marinha está pronta para iniciar inspeções de navios comerciais que atendem as chamadas "nações hostis".

Acredita-se que a Rússia esteja usando uma frota de centenas de embarcações para driblar sanções internacionais impostas após o envio de tropas à Ucrânia, em fevereiro de 2022.

França e Reino Unido detiveram petroleiros suspeitos de integrar a chamada "frota fantasma" russa, usada para transportar petróleo em violação às sanções internacionais. A União Europeia sancionou centenas de navios dessa "frota fantasma".

A Rússia, por sua vez, começou recentemente a deslocar navios de guerra para escoltar suas embarcações comerciais.

Tragédia

Buscas por desaparecidos entram no 3º dia após terremoto na Colômbia

As buscas por sobreviventes nos escombros entraram no terceiro dia ontem, após um forte terremoto na Colômbia deixar mais de 200 mortos, derrubar prédios, danificar estradas e esmagar carros.

A devastação colocou à prova o novo presidente da Colômbia, Abelardo de la Espriella, seu governo, que se esforça para responder ao desastre natural, e a sociedade civil, que se mobiliza para fornecer ajuda às comunidades vulneráveis mais afetadas pelo terremoto.

Na noite de terça-feira, as autoridades confirmaram que havia pelo menos 216 mortos, após o governo do departamento de Valle del Cauca e a Prefeitura de Cali revisarem seus números para baixo.

De la Espriella afirmou que pe-

lo menos 195 pessoas continuavam desaparecidas, mas bancos de dados civis apontavam para um número próximo de 4 mil.

Durante a noite, as equipes continuaram vasculhando os escombros nas cidades mais atingidas - Cali, Pereira, Manizales e Quibdó - enquanto o tempo se esgotava para que vítimas fossem encontradas e resgatadas com vida.

As agências de ajuda humanitária consideram as primeiras 48 a 72 horas cruciais para o resgate de sobreviventes, embora esse período possa ser estendido caso eles tenham acesso a alimentos e água. Em meio à devastação, houve cenas de alegria: equipes de resgate puxando um bebê coberto de poeira por uma fenda em uma parede de concreto e espectadores aplaudindo enquanto as

equipes içavam uma mulher em uma maca.

Em muitas áreas, a resposta oficial à devastação foi dificultada pelas crises contínuas de pobreza extrema e pelo conflito armado que forçou o deslocamento de pessoas durante décadas. "Este terremoto agravava uma situação humanitária já grave, e há necessidade de maior apoio à resposta humanitária", disse o diretor da Colômbia para o Conselho Norueguês para Refugiados, Giovanni Rizzo.

Um acordo de paz de 2016 entre rebeldes e o governo, juntamente com um conflito armado em curso, pode permitir que organizações humanitárias distribuam alimentos e outros materiais de emergência mais rapidamente, afirmou a coordenadora residente da Organização das Na-

ções Unidas (ONU) na Colômbia, María José Torres.

Organizações humanitárias já estão presentes em alguns centros afetados pelo conflito devido ao processo de paz, incluindo o departamento de Chocó, epicentro do terremoto. "Temos presença no terreno. Portanto, nossa capacidade de estar lá, presentes com as pessoas, acredito que aumentou exponencialmente", disse María José em um comunicado na terça-feira.

Ao mesmo tempo, a ajuda de outros países e organizações sem fins lucrativos no exterior continuou chegando.

Nesta quarta-feira, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou que a União Europeia desbloqueou 2 milhões de euros para ajudar a Colômbia.